



Revista Brasileira de Política Internacional

ISSN: 0034-7329

rbpi@ibri-rbpi.org.br

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
Brasil

Bradford, Colin

Antecipando o futuro: a agenda política para a governança econômica global

Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 46, núm. 1, janeiro-junho, 2003, pp. 118-134

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35846106>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Antecipando o futuro: a agenda política para a governança econômica global

COLIN BRADFORD*

Nos próximos cinquenta anos, haverá um crescimento da população mundial da ordem de cinquenta por cento, passando dos atuais seis bilhões para nove bilhões de pessoas até 2050. Todo esse crescimento será proveniente dos países pobres situados fora do mundo europeu, norte-americano, japonês, australiano e neozelandês da OCDE e fará pressão sobre os recursos naturais, o meio ambiente, os sistemas de saúde pública e educação, a economia mundial e os governos nacionais. Essa transição demográfica com todas as suas implicações representa o maior desafio para a próxima geração.

I. Maiores desafios

A partir dessa perspectiva de longo prazo, há algumas razões mais imediatas demonstrando que, atualmente, o fortalecimento da governança econômica global é necessário. Quatro grandes desafios são encarados pelos líderes mundiais, ressaltando mundialmente que um forte sistema de governança global precisa entrar em vigor. São eles: (i) instabilidade econômica crônica desde 1973; (ii) os novos desafios gerados pela globalização como uma forma distinta de interação internacional; (iii) a crescente disparidade de renda na nova economia global, onde os ricos parecem ficar mais ricos e os pobres relativamente mais pobres; e (iv) o desproporcional pequeno poder de voz entre as grandes nações do futuro na atual governança global relativamente à grande voz das nações que somam um bilhão de pessoas e que formam o mundo da OCDE.

a) Instabilidade econômica crônica

Durante os trinta anos em que o mundo esteve fora do sistema de paridade cambial fixa, as tendências da economia mundial caracterizaram-se por uma sequência de choques econômicos: o choque do petróleo dominou a década de

Rev. Bras. Polít. Int. 46 (1): 118-134 [2003]

* Professor de Relações Internacionais da Universidade Americana de Washington.

1970; a crise das taxas de juro, no início dos anos 1980, gerou a crise da dívida nesse mesmo período; e o choque dos fluxos de capital que engatilhou a crise financeira asiática em 1997-1998 criou, como seqüela, distúrbios e choques subsequentes no mundo financeiro. Originados a partir de desequilíbrios na política macroeconômica das grandes economias, esses choques alcançaram toda economia internacional. O déficit fiscal norte-americano, no final da década de 1960, elevou as taxas de inflação dos países membros da OCDE, reduzindo o preço real do petróleo, que por sua vez gerou o dramático reajuste de preços por parte da OPEP nos anos 1970. A elevação dos preços do petróleo gerou enormes superávits para os países da OPEP, sendo reciclados por países em desenvolvimento importadores de petróleo.

A contração da política monetária norte-americana por meio de uma política fiscal frouxa, no início dos anos 1980, levou a taxa de juros e o dólar a valorizações nunca vistas até então, desencadeando a crise da dívida externa na América Latina, que durou praticamente toda a década. Os déficits nas contas de capital e fiscal e na balança comercial norte-americanas foram compensados pelos superávits na conta de capital, na balança comercial e na poupança interna japonesas. Novamente, assim como nas crises do petróleo, a economia mundial alcançou o equilíbrio por meio da compensação de forças, apresentando, todavia, a necessidade de a economia mundial percorrer um caminho tortuoso para que ele fosse alcançado.

A crise financeira asiática foi originada a partir do déficit em conta corrente norte-americano em oposição ao significativo superávit em conta corrente de alguns membros da OCDE, como Japão, países da União Européia e outras economias avançadas, provocando a transferência de capital dos países membros da OCDE para os não-membros. Esse superávit financeiro migrou, desproporcionalmente, para apenas poucos países do Sudeste asiático, fomentando grande crescimento em já inchadas economias, criando, assim, uma bolha financeira. Quando a bolha estourou, o mesmo ocorreu com o regime de câmbio fixo desses países e uma imensa e custosa crise financeira alastrou-se pelo leste asiático, repercutindo em toda economia mundial.

Não que as três décadas após o fim do sistema de paridade fixa de Bretton Woods tenham sido marcadas por choques econômicos, mas percebe-se que as crises ocorrem em seqüência. A queda nos preços do petróleo, em meados da década de 1960, levou a uma supervalorização nos preços nos anos 1970. A recessão nos países da OCDE significou que, virtualmente, o superávit de US\$ 450 bilhões obtido pelos países da OPEP entre os anos de 1973 e 1982 não foi por eles absorvido, forçando a reciclagem de petrodólares em países em desenvolvimento não-exportadores de petróleo. Enquanto esses países utilizavam os petrodólares para financiar o investimento ao invés do consumo e dos gastos governamentais, grande parte da dívida foi neles concentrada. Isso colocou os países devedores em uma posição vulnerável quando o déficit fiscal norte-

americano saltou de zero para seis por cento do PIB entre o final de 1979 e a metade de 1982. A subsequente combinação da elevação da taxa de juros, do fortalecimento do dólar e da redução mundial das poupanças internas como forma de financiar o déficit fiscal norte-americano provocou um triplo impacto nos países devedores, induzindo a crise da dívida nos anos 1980. Dessa forma, percebe-se que os desequilíbrios da década de 1970 consolidaram as vulnerabilidades que iniciaram a crise dos anos 1980.

A troca maciça do superávit dos países da OPEP e déficit dos países em desenvolvimento na década de 1970 para o déficit norte-americano e superávit japonês na década de 1980 dividiu a economia mundial em dois diferentes eixos. Gradualmente, o déficit fiscal dos Estados Unidos foi reduzido, fazendo com que, já na primeira metade da década de 1990, não mais guiasse o crescimento norte-americano ou o desequilíbrio global. O crescimento do déficit comercial norte-americano foi um reflexo do excessivo investimento nos títulos internos do país a partir do fluxo de capitais, que, paralelamente, no entanto acabou financiando-o. A nova política fiscal norte-americana reduziu seu papel na poupança mundial. O baixo crescimento em outros países da OCDE gerou um conjunto de compensações na poupança global, canalizando-a, em meados dos anos 1990, principalmente para alguns países do sudeste asiático e também para outros países da América Latina. Novamente, muito capital foi direcionado para poucos países, criando bolhas de crescimento como resultado.

Assim, percebe-se uma longa história de subseqüentes turbulências e reações políticas compensatórias, gerando uma nova gama de turbulências que, não sendo estáveis, induzem novas reações fomentando novos desequilíbrios. O problema está no fato de as crises econômicas globais serem originadas a partir de ações políticas nacionais: desequilíbrios internos necessariamente geram (por identidade contábil) desequilíbrios externos, que por sua vez são compensados por outros países, criando, dessa forma, desequilíbrios domésticos na direção inversa. Uma vez que a origem da ação política está na macroeconomia doméstica, não há, por definição, governança global capaz de reequilibrar as políticas nacionais de uma maneira coordenada, evitando o próximo choque e a subsequente crise. Nem a cúpula do G-7, nem o FMI, nem o comitê ministerial do FMI e do Banco Mundial foram capazes de chegar a um consenso acerca da coordenação de políticas para amenizar a oscilação na economia global e prevenir choques financeiros nos últimos trinta anos.

b) Globalização em oposição à internacionalização

Os princípios fundamentais da economia mundial têm mudado a partir do momento em que ela se tornou uma economia global. Globalização tem significado e conteúdo diferentes de internacionalização. Como o mundo econômico tem se

tornado mais internacionalizado, fluxos comerciais e financeiros foram fomentados entre economias nacionais relativamente autônomas, elevando a interação entre elas. Atualmente, a globalização tem transformado a natureza dessa interação, incrementando a interpenetração da economia doméstica nos assuntos internos dos países. Em parte, isso tem ocorrido devido às mudanças nas empresas que se transformaram em grandes corporações, atuando dentro e fora das fronteiras nacionais. Como consequência, o comércio intrafirma e intra-empresa tem crescido à medida que se reduz o comércio de bens finais. Contudo, essa é apenas uma das mudanças nos fundamentos principais. A integração do mercado financeiro mundial tem criado, essencialmente, um único mercado global de capitais. Migração tem transformado o mercado de trabalho; redes de comunicação e de transporte têm tornado o espaço geográfico cada vez mais poroso; mudando, assim, a definição do significado de fronteiras e limites nacionais.

Não apenas os canais para a transmissão dos interesses econômicos têm sofrido transformações, mas também a relação entre diferentes formas de interação. Comércio, finanças, crescimento econômico, eliminação da pobreza, sustentabilidade ambiental, questões sociais e governança estão intrinsecamente associados uns aos outros no momento de definição dos objetivos a serem alcançados. Essa interpenetração dos temas é apenas outra faceta da interpenetração das economias e sociedades e uma das forças motrizes de todo o processo.

Essas transformações na natureza das interações na economia internacional elevam a demanda por mecanismos, instituições e políticas de governança econômica global.

c) Apartheid econômico global

Mesmo que o mundo não estivesse caminhando para um crescimento populacional de seis para nove bilhões, sendo esses três bilhões provenientes dos países pobres, a atual configuração dos rendimentos globais cria um mundo em que a maioria da população é pobre. No ano 2000, dois e meio bilhões de pessoas viviam em países com baixa renda *per capita*, não ultrapassando o valor de US\$ 400 por pessoa. Apesar das recentes conquistas na redução do número de pessoas vivendo em extrema pobreza, mais de um bilhão ainda vivem com menos de um dólar por dia.

Há crescentes preocupações acerca da elevação das taxas de rendimento entre os ricos, uma vez que mais da metade da população mundial vive em condições de completa miséria, muitas vezes até sem referência de riqueza. A legitimidade de um sistema econômico que falha em produzir resultados positivos para o mundo pobre, mas que gera e eleva a riqueza de alguns, é colocada em questão. Tal fato reduz a credibilidade das instituições internacionais que são vistas como mantenedoras da igualdade do sistema, limitando sua capacidade e habilidade de

elaborar a agenda para a economia mundial. Como resultado, as questões acerca da pobreza mundial tornaram-se tão importantes para as instituições econômicas globais quanto as referentes à instabilidade financeira global, que há algum tempo foram encaradas como a grande prioridade.

d) A voz da maioria global

Ao olharmos para a configuração futura da população mundial, percebe-se que, até o ano 2050, Índia, China e África constituirão a grande maioria da população, com um total de cinco bilhões de pessoas. Brasil, México, Indonésia e Paquistão facilmente acrescentarão outro bilhão. Em contrapartida, Estados Unidos, Japão e Europa juntos consolidarão uma população de um bilhão de pessoas em 2050, praticamente o mesmo de hoje. Dessa forma, baseado somente nas projeções populacionais, nota-se que os grandes países subdesenvolvidos não-membros da OCDE deveriam ocupar um papel mais atuante na governança econômica global.

Em um mundo no qual os Estados Unidos atuam de uma forma tão dominante, torna-se difícil aceitar que a economia global carregue o título de mundo econômico multipolar. A China é a quarta maior economia do mundo, logo após os Estados Unidos, Japão e União Européia. Brasil (sexta economia, logo atrás do Canadá), México (oitava, logo atrás da Espanha), Índia (nona) e Coreia do Sul (décima) já são grandes economias, constituindo, além dos três maiores membros da OCDE, a multipolaridade da economia global.

Todavia, os motivos que demonstram que os grandes países em desenvolvimento deveriam ter um papel mais atuante da governança global vão além de simples projeções econômicas e populacionais. No caso da China e da Índia, suas civilizações remontam milênios, não apenas séculos, como ocorre na América do Norte. Sua participação seria fortalecida na governança global pela necessidade de inclusão de diferentes perspectivas culturais. Michael Sullivan, historiador da arte de Oxford, escreveu, na abertura da nova edição de seu livro **The meeting of Eastern and Western art** (1977), “que, atualmente, mais e mais pessoas têm acreditado que a interação entre as culturas asiática e ocidental é um dos acontecimentos mais significativos da história mundial desde o Renascimento.” Claramente, um dos maiores desafios para as próximas gerações no Ocidente e na Ásia está em melhor entender a força de cada um e as contribuições que podem ser obtidas na nova ordem global. Aproximadamente metade da população mundial vive na Ásia.

Porém, essa abertura do Ocidente para o Oriente é, apenas, emblemática da ampla abertura requerida. O mundo tem se tornado cada vez mais multicultural, assim como multipolar. Enquanto há opiniões no Ocidente de que modernização nada mais é do que Ocidentalização (ver Huntington, capítulo 3), há consideráveis evidências de que outras culturas estão definindo suas próprias perspectivas acerca

da modernização. Isso não necessariamente toma a forma de uma variante ao modernismo Ocidental, mas sim autênticas versões do modernismo, únicas, distintas e específicas de cada cultura. “Atualmente, artistas nascidos na Índia, Coréia, Japão, China, Turquia e outras nações latino-americanas estão, conscientemente, criando estilos que, simultaneamente, honram identidades culturais particulares ao mesmo tempo em que incorporam tradições Ocidentais” (McEvilley, p. 19). Assim, como a economia global está se tornando mais multipolar e a sociedade global mais multicultural, novas versões do modernismo remetem o movimento em direção ao multimodernismo, para além da prévia identidade do modernismo com o Ocidente. “Multimodernismo oferece um diferente enfoque acerca do modernismo, um vez que afirma que nem todas as variáveis do modernismo são desenvolvidas dentro do paradigma do Ocidente” (Supangkat, p. 78). Isso fica evidente em manifestações artísticas na África, Ásia e América Latina. Sua autoconsciência acerca das distintas versões do modernismo na arte está intrinsecamente ligada às idéias de modernização, ao desenvolvimento e seu papel na agenda global e na comunidade internacional. “O desenvolvimento da linguagem moderna na arte africana está intimamente conectado à busca pela identidade da moderna África” (Hassan, p. 224). Essa base cultural para idéias pluralistas sobre o futuro global fornece modernas e pós-modernas noções de progresso, proporcionando outras razões para trazer a presença não-Ocidental para a participação na governança global. “Modernismo é um fenômeno plural e o pluralismo não nega aspetos universais” (Supangkat, p.77).

II. A agenda política para o fortalecimento da governança econômica global

Partindo desse conjunto de desafios, devemos concluir pela necessidade de uma grande reforma e reestruturação dos mecanismos de governança global. Trinta anos de instabilidade financeira crônica podem transparecer inabilidade por parte das instituições responsáveis em prover os mecanismos necessários de defesa contra as crises econômicas globais e os desequilíbrios da política macroeconômica doméstica. As forças da globalização parecem manifestar uma mudança nos princípios fundamentais que fazem da gerência econômica global algo extremamente diferente da gerência da interdependência em um mundo econômico composto por economias nacionais relativamente autônomas. A inter-relação entre as forças e os fatores, vistos outrora como distintos, parecem sugerir a necessidade de uma completa mudança nas instituições internacionais, lidando com a nova economia global e trazendo os novos desafios para os grupos de discussão, integrando todos os elementos em um enfoque mais abrangente para a orientação do sistema. O contínuo flagelo da enorme pobreza global e o baixo crescimento de muitos países pobres, apesar das novas forças da globalização, indicam a necessidade de novas e mais intensivas abordagens dos problemas. A necessidade

de incorporar as vozes da maioria global no sistema internacional deve ser vista como a necessidade de reformulação das estruturas de governança das instituições existentes.

A defesa de uma ampla reforma, de novos mecanismos e de reformulações nas instituições apresenta a virtude de fornecer uma interessante nova agenda que se encaixe na nova era global. Todavia, não necessariamente será preciso uma reestruturação radical. De fato, algumas atitudes poderão ser tomadas no sistema atual no intuito de melhorar, significativamente, a governança econômica global, sem que haja, no entanto, perturbações em função da reestruturação. Apesar da importância dos desafios, o sistema internacional vem amadurecendo e se desenvolvendo, assim como a natureza dos problemas tem mudado. Seria apropriado que as instituições internacionais e os mecanismos de governança se desenvolvam e mudem à medida que as circunstâncias necessitem, evitando, assim, descontinuidades.

Mais importante, o princípio fundamental para a governança global está no fato de que os governos nacionais devem ser o centro de autoridade e não as instituições internacionais. As instituições financeiras e econômicas internacionais são instituições que requerem associação. Governos nacionais são as unidades fundamentais de soberania, arrecadação e contabilidade pública, sendo também responsáveis pelas instituições internacionais. Recomendações acerca do fortalecimento do sistema de governança econômica global para a construção da comunidade internacional devem ter como base os governos nacionais, sendo necessárias coalizões entre eles.

Partindo do princípio fundamental de que os governos nacionais devem servir de base para a construção do novo sistema de governança global, há várias maneiras de fortalecer os mecanismos e as instituições já existentes.

a) A nova agenda para o período de interfase

Primeiramente, há necessidade de concentrar atenção política no comércio internacional, nas finanças, no desenvolvimento e na redução da pobreza durante o período de reestruturação. Isso traduz a necessidade de concentrar atenção na inter-relação entre as principais instituições responsáveis por esses temas e as interações, sinergias e complementaridades entre eles. Essa necessidade é guiada pelos princípios da natureza da globalização. Tal recomendação contrasta com os recentes apelos em estabelecer a clara divisão de trabalho entre as instituições, remetendo-as às suas funções originais, rejeitando assim as intromissões.

A maneira de se implementar essa agenda está na distinção entre as instituições internacionais de primeiro e segundo escalão. As de primeiro são claras: o FMI é responsável, principalmente, pelas finanças; o Banco Mundial pelo desenvolvimento e redução da pobreza; e a OMC pelo comércio internacional.

Essas funções proporcionam a cada uma das instituições uma clara liderança em cada um dos principais assuntos internacionais. A responsabilidade em prover a direção estratégica para o sistema internacional como um todo cabe aos líderes dos governos nacionais. Sugere-se que, a partir dos atuais mecanismos de governança global, os líderes nacionais dêem enfoque prioritário aos assuntos sistêmicos, à inter-relação e aos papéis relativos das instituições internacionais.

Os mecanismos por meio dos quais os conselhos podem ser elaborados e representados são: Comitê Monetário e Financeiro Internacional (CMFI), que aconselha o FMI; Comitê para o Desenvolvimento (CD), que aconselha o Banco Mundial; e o Grupo dos 20, que prepara a posição dos grandes países tanto no CMFI e no CD para as reuniões semestrais. A vantagem de trabalhar por meio dessas organizações está no fato de que o G-20 é, basicamente, formado por forças globais multipolares, e o CMFI e o CD são encravados na estrutura governamental do FMI e do Banco Mundial, tendo fortes ligações com a OMC e outras instituições internacionais relevantes.

O G-20 é formado por onze países não-membros da OCDE: Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, Coréia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia; e oito países membros da OCDE: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos (e o presidente da União Européia quando não é proveniente de um dos quatro países membros da OCDE). Essa representação do mundo em desenvolvimento engloba as principais economias de fora da OCDE, assim como importantes civilizações, com três países islâmicos, cinco países asiáticos, três nações latino-americanas e um país africano. Acrescenta-se o fato de que, além do enfoque do G-20 em temas sobre a instabilidade financeira internacional, a instituição é também conhecida por atuar além de suas responsabilidades, obtendo maior autonomia que as demais instituições internacionais.

A principal responsabilidade desse grupo de vinte representantes está na formação de liderança e orientação em uma forma mais responsável e energética para as principais peças do sistema internacional, o FMI, o Banco Mundial e a OMC em primeiro plano, e outras organizações internacionais caso seja necessário, como ONU, OMS, Unesco, Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Fundo Global para o Meio Ambiente, Fundo das Nações Unidas para a Aids/HIV, OCDE, e outras. A vantagem desse processo encontra-se no fato de que os governos nacionais estariam trabalhando uns com os outros as principais responsabilidades dentro do sistema internacional, ao invés de deixá-las a cargo dos antigos administradores das instituições internacionais, visto que a responsabilidade não lhes recai. Nenhuma burocracia das instituições internacionais tem a autoridade de ordenar os temas da agenda internacional de relativa importância, nem mesmo o Secretário Geral das Nações Unidas. Esses tópicos também não devem ser deixados à mercê das pressões competitivas entre as instituições enquanto elas lutam para cumprir suas obrigações e estabelecer suas

funções, nem serem considerados como de exclusividade do G-7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) como vem ocorrendo. Esse grupo não é suficientemente representativo para estabelecer um consenso global.

Duas sugestões acompanham essa recomendação. Primeiramente, poderia ser apropriado que o G-20, levando em conta sua importância global, reunisse todos os chefes de Estado dos países membros, algo que nunca ocorreu. Isso proporcionaria visibilidade e validade política para o papel de liderança global que esses vinte países deveriam ter na nova economia global e no mundo do futuro. Reuniões em nível governamental do grupo representariam para o mundo a necessidade de uma participação plural na governança global, uma vez que falta tal perspectiva ao G-7 devido à sua visão deturpada de riqueza do Atlântico Norte. Tal atitude contribuiria para a reestruturação da legitimidade das principais instituições internacionais pelo fato de os governos nacionais serem os responsáveis diretos por elas.

Acrescenta-se a necessidade de um esforço mais explícito no melhoramento da comunicação, da visibilidade e das relações públicas do G-20, do CMFI e do DC, divulgando para o mundo o importante papel que eles representam. Uma forma de se realizar isso estaria na abertura das reuniões, ou algum momento de uma reunião específica, para a mídia. Maior destaque nos participantes individuais e suas preocupações e prioridades acrescentaria interesse por parte da sociedade às reuniões. Perspectivas conflituosas deveriam ser divulgadas ao invés de camufladas, revelando a realidade da governança global e impedindo a criação de uma virtual tranquilidade como é mostrado nos atuais discursos sobre o desenvolvimento.

b) O papel do parlamento

Em segundo lugar, um importante elemento que falta à governança econômica global é a atuação dos parlamentos. Na grande maioria dos governos nacionais, a autoridade de arrecadação tributária recai sobre os parlamentos, tornando-os muitas vezes mais próximos da população, no sentido contábil, que muitos órgãos do executivo apontados como os principais líderes do Estado. Entretanto, os parlamentos ao redor do mundo não têm se engajado nos temas de política externa da forma como se engajam com os assuntos domésticos. Em um mundo globalizado no qual a distinção entre política externa e política interna tem se reduzido, torna-se necessária a reformulação da forma de atuação dos parlamentos na governança interna e externa. Tal fato pode ser verdadeiro para todos os países, mais especificamente para aqueles em desenvolvimento.

Inicialmente, os parlamentos dos países em desenvolvimento poderiam expandir sua atuação no processo orçamentário nacional e priorizar a forma de

como se daria sua alocação dentro das nações. O Documento de Estratégia de Luta contra a Pobreza estimula os países de baixa renda e a participação mundial no alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) em todos os países em desenvolvimento até o ano de 2015, fornecendo, assim, meios para que o parlamento, em sua atuação política e orçamentária, expanda seu papel na mediação entre as prioridades nacionais e os temas da agenda global. Esse esforço claramente expandiria e divulgaria a atuação dos parlamentos na governança global, sendo, todavia, importante respeitar a posição de seu governo nacional dentro do sistema internacional e o papel das instituições internacionais na governança global. A inclusão de parlamentares nas delegações governamentais durante as reuniões semestrais do CMFI e do Comitê para o Desenvolvimento fomentaria o engajamento dos parlamentos na governança econômica global. Caso isso venha a ocorrer, reuniões paralelas dos parlamentares do G-20 poderiam ser úteis no incremento da comunicação, do entendimento, da participação, da visibilidade e da legitimidade da governança global.

Durante uma reunião de 120 parlamentares provenientes de 50 países (nenhum deles dos Estados Unidos) em Berna, Suíça, em maio de 2002, o Presidente do Banco Mundial falou que todos são “parlamentares de um único planeta”, confirmando, por meio dessa declaração, a nova realidade global. A globalização tem transformado tanto o modo de fazer negócios como também sua forma. Parlamentares com uma perspectiva global são peças-chave na ligação entre o local e o nacional com o global, sendo responsáveis em interpretar e mediar as diferentes visões de mundo para sua audiência. Eles são elos políticos em potencial, que podem dar sentido às diferentes forças que atualmente moldam o mundo para a sociedade, sendo interessante utilizar os mais diversos foros e assembléias no intuito de lhes dar voz e reconhecimento na governança global.

c) Mercados emergentes e estabilidade global.

A evolução da economia global trouxe consigo, a partir de 1973, o aparecimento dos mercados emergentes (MEs). Países em desenvolvimento de renda mediana têm alcançado taxas de crescimento acima da média e, simultaneamente, vêm se integrando à economia mundial por meio do comércio e das finanças de uma forma que, tanto eles como a economia internacional têm se transformado. O FMI e o Banco Mundial têm sido serviços dessas transformações. “Entre 1993 e 1999, onze países (China 12%, Argentina 10%, Rússia 9%, México 7%, Indonésia 7%, Coreia 6%, Índia 4%, Tailândia 3%, Filipinas 2%) receberam 70% de todo auxílio fornecido pelo Bird”. Como consequência desse desenvolvimento, as instituições financeiras internacionais se tornaram importantes para os mercados emergentes e vice-versa. Assim, a economia multipolar mundial foi trazida a esse estágio como resultado dessas transformações.

Pode-se afirmar que o papel das instituições financeiras internacionais, assim como o dos MEs, não se restringe apenas ao setor financeiro, visto que as instituições, especialmente o Banco Mundial e o FMI, tornaram-se importantes atores no diálogo com os governos dos MEs acerca da reforma política e da governança global. A segunda reunião anual dos Ministros das Finanças dos MEs tornou-se uma forma de exercer liderança nas conversações sobre a governança econômica. Essas oportunidades de diálogo político foram muito importantes ao longo da década de 1990, como no caso da crise do México em 1994, da crise financeira asiática em 1997-1998, da crise da Rússia em 1998 e da crise do Brasil em 1999. Por todos esses motivos, os MEs tornaram-se atores vitais na evolução da economia global e na manutenção da estabilidade financeira global. O importante papel dos MEs e os subsequentes desequilíbrios e choques característicos da economia global tornam necessária uma expressiva expansão da atuação dessas economias na governança econômica global.

Além disso, com o incremento das relações financeiras entre as instituições internacionais e os MEs, essas economias passaram a ter uma maior participação nas políticas dessas instituições e na utilização de seus recursos. O contínuo pagamento de juros transformou-se em uma importante fonte de renda às instituições financeiras internacionais. Juntando todos os bancos multilaterais de desenvolvimento (o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento), foi estimado que, no ano 2000, trinta por cento de todos os recursos desses bancos foram provenientes de pagamentos de juros por parte dos grandes devedores. De acordo com a Comissão sobre o Papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento nos Mercados Emergentes, a grande participação na origem dos recursos dos bancos multilaterais legitima a expansão da governança nas instituições financeiras internacionais por parte dos MEs. Eles entendem que deveriam ter maior voz na alocação dos recursos provenientes do pagamento de juros por eles efetuado.

d) Redução da pobreza global como high policy

A Cúpula de Financiamento do Desenvolvimento da ONU em Monterrey, México, em março de 2002, representou a chegada ao consenso, após doze anos, sobre os objetivos a serem atingidos até o ano 2015 (Bradford, 2002a). Esses objetivos, redução da pobreza, igualdade entre os sexos, saúde, educação e meio ambiente, foram incorporados às Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), uma vez que haviam sido estabelecidos em uma reunião anterior dos governos dos países membros e não-membros da OCDE. Isso dá consistência às raízes da nova governança global a partir da decisão das autoridades nacionais. As MDMs não foram estabelecidas pela ONU; mas sim, por governos nacionais em várias reuniões de líderes de Estado. A importância da cúpula deve-se não apenas à

incorporação ao “consenso de Monterrey” das MDMs estabelecidas na Cúpula do Milênio da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2000, mas também à expansão do consenso com a inclusão da participação dos objetivos para os membros da OCDE. Os doze anos que foram tomados para se alcançar o consenso forneceram ímpeto à mobilização política e dos recursos em favor do alcance das MDMs até o ano 2015 (Bradford, 2002b). Tal fato destacou e priorizou a busca pela redução da pobreza global em quinze anos de cooperação para o desenvolvimento.

Apesar de o foco estar nos países pobres, a maioria da população pobre vive em países que apresentam renda média, como em alguns países da OCDE, que também apresentam pessoas vivendo em pobreza e têm interesse e responsabilidade pela saúde global, educação e pelas condições do meio ambiente. O papel dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento do G-20 na atuação em favor das MDMs é vital para sua concretização. O Comitê de Desenvolvimento já vem atuando de forma a acelerar o alcance do ensino básico universal – objetivo número dois das MDMs.

Com a entrada da comunidade internacional na fase de implementação do consenso de Monterrey, o engajamento da população e dos parlamentos, da sociedade civil e do setor privado, dos políticos e dos formadores de opinião, será fundamental na mobilização do esforço mundial para o alcance das MDMs antes de 2015. Isso requer vontade política, como a necessidade de atuação do G-20 na manutenção do ímpeto e da prioridade aos objetivos de 2015. As MDMs têm se tornado o foco de unificação, de coordenação e de operacionalização da atuação do Banco Mundial, do FMI, da ONU e da OCDE, assim como de outras agências nacionais e internacionais. Chegou o momento de os governos nacionais darem sua contribuição, induzindo ações específicas que gerem recursos e políticas necessárias. Ao indicar o ex-Ministro holandês de cooperação e desenvolvimento Eveline Herfkens para encabeçar a Campanha do Milênio, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, criou forte estímulo nesse sentido. A mobilização de auxílios na forma de recursos e atuação política é fundamental não apenas em função dos objetivos de 2015, mas também da reestruturação da credibilidade e da legitimidade das instituições internacionais como símbolos da economia global, percebida por muitos como símbolo de incremento de crescentes desigualdades globais.

“Para todos aqueles que têm, mais lhes será dado, e eles terão em abundância; mas para aqueles que nada têm, mesmo o que lhes pertence será tomado” (Mateus 5:29). Um sermão de Washington, em novembro de 2002, poderia ter sido proferido em qualquer lugar, refletindo que “isso não deve ser encarado como um aval da atual ortodoxia na qual os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres”. Essa posição ortodoxa não deve imperar, demonstrando que a economia global pode gerar tanto justiça como riqueza para todos.

e) Pluralismo e receitas políticas

Finalmente, talvez nenhum outro assunto tenha intrigado tanto as três maiores instituições internacionais – Banco Mundial, FMI e OMC – nos debates acerca da globalização do que a percepção de versatilidade para a estabilidade financeira, desenvolvimento e liberalização de mercado no mundo em desenvolvimento e nos MEs. Todavia, tal percepção é exagerada. O Documento de Estratégia de Luta contra a Pobreza reverte o papel dos governos e das instituições internacionais no processo de definição da assistência externa, pois dá aos governos a iniciativa na determinação das prioridades e das políticas a serem, mais tarde, revisadas pelas instituições, ao invés do contrário, como ocorreu no passado. Entretanto, há também alguma verdade na percepção da necessidade, entre outras coisas, de existirem padrões relativamente uniformes no tratamento das nações pelas organizações internacionais.

Recentes experiências de desenvolvimento levaram à firme convicção de que o “controle” das estratégias de desenvolvimento é fundamental na aceleração do crescimento econômico. Isso sugere a necessidade por parte dos países de criar seu próprio caminho em direção às políticas de desenvolvimento, adequando-as às circunstâncias históricas, aos valores, às prioridades, às instituições e à cultura. A partir desse histórico e das ondas de expressões artísticas em países não-Occidentais rumo às suas próprias versões de modernismo, dar maior importância e poder aos países do G-20 na governança global é uma forma de introduzir o pluralismo cultural no processo de chegada ao consenso político e econômico. Em um mundo que pulará de seis para nove bilhões de habitantes, a diversidade de acordos institucionais, de estratégias de desenvolvimento, de modalidades de governança e de políticas econômicas precisa ser posta em marcha como forma de facilitar essa transição demográfica. É fundamental que a modernização não seja confundida com a Ocidentalização no mundo não-Occidental, onde, aliás, se dá o maior crescimento populacional. O desafio do Ocidente está na acomodação das visões pluralistas do modernismo não apenas no meio artístico, mas também na formulação da política econômica e de governança. As diretrizes do “Consenso de Washington” acerca da política econômica são obsoletas em uma era de mundo multipolar, multicultural e multimodernista (Commission, 2001b). A expansão do papel e da presença dos governos dos grandes países não-membros da OCDE na governança econômica global é uma forma de assegurar uma maior participação do pluralismo nas políticas das mais importantes instituições internacionais, substituindo o internacionalismo do Atlântico Norte pelo multilateralismo global.

Maio de 2003

Bibliografia

- ALBROW, Martin. **The global age: State and society beyond modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- BILLINGTON, James H. **The face of Russia: anguish, aspiration and achievement in Russian culture**. Nova York: TV Books, 1998.
- BRADFORD, Colin I. Jr. Macroimbalances and chronic global disequilibria: the post-Bretton Woods world economy 1973-1998. In: **Globalization en crisis: an agenda for action for the world economy**. Dezembro, 1998.
- BRADFORD, Colin I. Jr. **Being and becoming, bound: the nexus between globalization, culture and economics**. American University manuscript, 26 jul. 2000.
- BRADFORD, Colin I. **Toward 2015: from consensus formation to the implementation of the millennium development goals**. The historic background: the consensus formation phase. Washington: World Bank, 2002a.
- BRADFORD, Colin I. **Toward 2015: from consensus formation to the implementation of the millennium development goals**. Issues for the future: the implementation phase. Washington: World Bank, 2002b.
- CHASE, Robert; HILL, Emily & KENNEDY, Paul (orgs.). **The pivotal States: a new framework for U.S. policy in the developing world**. New York: W.W. Norton, 1999.
- CHAUDRY, Praveen; KELKAR, Vijay & YADAV, Vikash. **The evolution of 'Homegrown conditionality' in India – IMF relations**. Manuscript.
- COMMISSION ON THE ROLE OF THE MDBS IN EMERGING MARKETS. **The role of the Multilateral Development Banks in emerging markets**. Washington: Carnegie endowment for international peace.
- COMMISSION ON ECONOMIC REFORM IN UNEQUAL LATIN AMERICAN SOCIETIES. **Washington contentious: economic policies for social equity in Latin America**. Washington: Carnegie endowment for international peace and inter-American dialogue.
- DALMIA, Yashodhara (org.). **Contemporary Indian art: other realities**. Mumbai, India: Marg Publications, 2002.
- HASSAN, Salah. The modernist experience in African art: visual expression of self and cross-cultural aesthetics. In: OGUIBE, Olu & ENWEZOR, Okwui (orgs.). **Reading the contemporary: African art from theory to marketplace**. Cambridge: The MIT Press, p. 215-235.
- HUNTINGTON, Samuel P. **Increasing participation of developing countries in global financial governance**. Manuscript, 1996.
- GRIFFITH-JONES, Stephany. **Governance of world bank**. Manuscript, 2002.
- MCEVILLE, Thomas. Fusion: hot or cold. In: MCEVILLE, Thomas. **Fusion: West African artists at the Venice biennale**. New York: the museum for African art, 1993, p. 9-23.
- MUNROE, Alexandra. Circle: modernism and tradition. In: MUNROE, Alexandra (org.). **Japanese art after 1945: scream against the sky**. New York: Henry N. Abrams Inc., 1994.
- SINGH, B.P. **India's culture: the State, the arts and beyond**. New Dehli: Oxford University Press, 1998.

- SUPANGKAT, Jim. Multiculturalism / Multomodernism in Asia society galleries. In: **Contemporary art in Asia: tensions/traditions**. New York: Harry N. Abrams Inc., 1996.
- SULLIVAN, Michael. **The meeting of Eastern and Western art**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- HOUTVEN, Leo Van. **Governance of the IMF: decision making, institutional oversight, transparency and accountability**. Washington: International Monetary Fund, 2002.

Apêndice 1 – O papel das instituições financeiras internacionais e seus mecanismos de governança

O Comitê Interino do FMI tem a responsabilidade de aconselhar e relatar ao Conselho de Diretores acerca de seus interesses, supervisionando a administração do *sistema financeiro e monetário internacional* e seu processo de ajustamento. Tem também como responsabilidades supervisionar a transferência de recursos para os países em desenvolvimento, *lidar com as turbulências que possam ameaçar o sistema financeiro e monetário internacional* e examinar as propostas do Conselho Executivo criando possíveis emendas nos artigos previamente acordados.

O papel do Comitê de Desenvolvimento é aconselhar o Conselho de Diretores do FMI e do Banco Mundial sobre os pontos críticos do desenvolvimento e dos recursos financeiros necessários para promover o crescimento nos países em desenvolvimento. Ao longo dos anos, o Comitê tem expandido sua atuação também nos assuntos sobre comércio internacional e meio ambiente, além dos tradicionais temas de desenvolvimento.

O G-20 foi concebido como um novo foro de debate sobre a cooperação e consulta sobre os assuntos que permeiam o sistema financeiro internacional. Ele estuda, revisa e promove discussões entre os principais países industriais e emergentes acerca da promoção da estabilidade financeira internacional, além de *supervisionar temas que não são de responsabilidade de nenhuma outra organização*.

Os objetivos do Foro de Estabilidade Financeira incluem o melhoramento do funcionamento dos mercados financeiros, *a redução do risco sistêmico* por meio do incremento na troca de informações e da cooperação internacional entre as autoridades responsáveis pela manutenção da *estabilidade financeira*.

Fonte: www.imf.org (grifos do autor).

Apêndice 2 - Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs)

1. Erradicação da extrema pobreza e da fome.
Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e que passam fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
Assegurar que, até 2015, todas as crianças completem o curso do ensino primário.

3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
Eliminar a disparidade sexual na educação primária e secundária até 2005 e em todos os níveis até 2015.
4. Redução da mortalidade infantil.
Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade infantil entre crianças abaixo de cinco anos.
5. Melhorar a saúde materna.
Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
Reverter a propagação da Aids/HIV e a incidência de malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável aos programas e políticas dos países e reverter a perda de recursos ambientais, tendo, até 2015, reduzido a proporção de pessoas que não tem acesso à água potável e, até 2020, melhorado o nível de vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que atualmente vivem em favelas.
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
Desenvolver um mercado aberto sem discriminação e um sistema financeiro que reúna todas as necessidades dos países menos desenvolvidos; lidar coerentemente com o problema da dívida dos países em desenvolvimento; desenvolver e implementar estratégias para aumentar a quantidade de empregos oferecidos aos jovens; fornecer acesso à aquisição de remédios essenciais para os países em desenvolvimento; e tornar acessível o acesso às novidades tecnológicas, principalmente as de informação e comunicação.

Resumo

Este artigo analisa a agenda política para a governança econômica global para os próximos cinquenta anos. Segundo o autor, o grande crescimento populacional proveniente dos países pobres induzirá uma maior participação desses países na tomada de decisão no âmbito internacional, fomentando a troca de informações e experiências entre os países ricos e pobres. Por fim, há uma breve explanação de outras razões pelas quais os países emergentes deveriam ter maior voz na governança econômica global.

Abstract

This article focuses the political agenda for global economic governance for the next fifty years. According to the author, the huge populational increasing

in poor countries will persuade to a big participation of this countries in the decision making process in the international scenario, increasing the information and experiences exchanged between poor and rich countries. At the end, there is a brief explanation about why emerging markets should have a powerful voice in the global economic governance.

Palavras-chave: Governança econômica global; FMI; OCDE; Globalização; Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Key words: Global economic governance; IMF; OECD; Globalization; Millennium Development Goals.